

Nota de repúdio e solidariedade: Ataque inverídico e machista à jornalista Patrícia Campos Mello é uma violência à liberdade de imprensa, às mulheres e à democracia

Organizações de mulheres e de defesa da liberdade de expressão e imprensa e dos direitos humanos reforçam apoio à jornalista Patrícia Campos Mello e exigem resposta do Congresso Federal perante o ataque discriminatório realizado em um espaço institucional da Casa - exatamente em uma CPMI instaurada para apurar notícias falsas usadas com fins eleitorais

As organizações abaixo assinadas se somam aos diversos setores da sociedade que repudiam veementemente o ataque realizado à jornalista Patrícia Campos Mello, da *Folha de S.Paulo*, e manifestam apoio à profissional.

Nesta terça-feira (11/02), o país acompanhou com perplexidade um depoimento de ex-funcionário de uma empresa de disparos de mensagens de WhatsApp, na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) sobre as “Fake News”, notícias falsas e campanhas de desinformação usadas com fins eleitorais. Ao depor, o

ex-funcionário mobilizou ataques machistas e inverídicos contra a repórter para alterar seu depoimento anterior feito ao jornal *Folha de S.Paulo*. Mais grave ainda é que parlamentares, como o deputado Eduardo Bolsonaro, tenham feito eco às afirmações discriminatórias dentro do espaço institucional do Congresso Nacional. Essas afirmações não só violam os direitos individuais da jornalista, mas atacam a liberdade de imprensa e o direito de mulheres exercerem sua profissão em um ambiente seguro e livre de discriminações.

Reforçamos que o Congresso Nacional - ou qualquer poder e representante público - não pode ser conivente com ações que buscam silenciar a imprensa e que recorrem sistematicamente a estereótipos discriminatórios de gênero para atacar mulheres jornalistas, cujo desempenho profissional tem sido essencial para o país neste momento crítico da nossa história. O Congresso Nacional é também responsável perante a comunidade internacional pelos tratados de direitos humanos que ratificou e que proíbem qualquer forma de discriminação.

Nesse sentido, além de chamar atenção para a gravidade do episódio, manifestamos todo nosso apoio e solidariedade à jornalista Patrícia Campos Mello e reforçamos que a sequência de ataques destinados a ela só reforça a importância do seu trabalho. Exigimos, portanto, a imediata apuração do ocorrido e a devida responsabilização dos envolvidos.

Lembramos que os Estados têm a obrigação de prevenir, proteger e processar ataques contra jornalistas e defensores dos direitos humanos e também que essa obrigação inclui a garantia de um ambiente seguro, em todos os espaços, para mulheres comunicadoras e a desconstrução de estereótipos discriminatórios que perpetuam a violência contra as mulheres nos mais diversos ambientes, incluindo o profissional e o institucional. Seja por ação direta ou omissão, a naturalização desses ataques coloca comunicadores em risco, deteriora o ambiente para o exercício da profissão e prejudica a circulação de diferentes informações e opiniões e a capacidade da mídia de exercer seu papel fiscalizador do poder público.

ASSINAM ESTA NOTA DE REPÚDIO E SOLIDARIEDADE:

Ação Educativa

Agora É Que São Elas

ARTIGO 19

Associação Mulheres pela Paz

AzMina

Católicas pelo Direito de Decidir

Cepia - Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação

Cfemea - Centro Feminista de Estudos e Assessoria

Ciranda Comunicação Compartilhada

CLADEM/Brasil - Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher

Coletivo Feminino Plural

Comitê para a Proteção dos Jornalistas (Committee to Protect Journalists)

Compas - Associação Internacional de Comunicação Compartilhada

Comunicadora de Gênero no Rádio

Conectas Direitos Humanos
Consórcio Lei Maria da Penha pelo Enfrentamento a Todas as Formas de
Violência de Gênero contra as Mulheres
Criola
Evangélicas Pela Igualdade de Gênero
Frente de Mulheres de Movimentos do Cariri/CE
Fórum Brasileiro de Segurança Pública
Geledés - Instituto da Mulher Negra
Gênero e Número
Grupo Mulheres do Brasil - Comitê de Combate à Violência Contra a Mulher
Human Rights Watch Brasil
Instituto Patrícia Galvão - Mídia e Direitos
Instituto Rede Mulher Empreendedora
Instituto Vladimir Herzog
InternetLab - Pesquisa em Direito e Tecnologia
Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social
Jornalistas Contra o Assédio
Marcha Mundial das Mulheres
MMNSP - Marcha de Mulheres Negras de São Paulo
Movimento de Mulheres Camponesas - MMC Brasil
Nós, Mulheres da Periferia
Observatório da Mulher
Rede de Mulheres em Comunicação
Rede Mulher e Mídia
Rede Mulheres Amarc/Brasil
Redeh - Rede de Desenvolvimento Humano
Rede Médica pelo Direito de Decidir
Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos
Repórteres Sem Fronteira
SOF - Sempre Viva Organização Feminista
SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia
TamoJuntas
Themis - Gênero, Justiça e Direitos Humanos
Think Olga
UBM - União Brasileira de Mulheres

União de Mulheres de São Paulo

Vote Nelas

Atenção: Organizações de mulheres e de defesa da liberdade de expressão e imprensa e dos direitos humanos que queiram aderir devem mandar mensagem para contato@patriciagalvao.org.br ou comunicacao@artigo19.org.

‘Deepfakes’ atingem principalmente mulheres, alerta especialista

De acordo com Sam Gregory, debate sobre vídeos adulterados por inteligência artificial deve focar em público mais vulnerável a ameaças de manipulação

[\(Estadão, 20/10/2019 - acesse no site de origem\)](#)

Antes do pleito de 2018, havia o temor que os chamados deepfakes, vídeos produzidos com inteligência artificial para simular a aparência de uma pessoa, interferissem no processo eleitoral. No entanto, as eleições passaram e esse tipo de conteúdo falso continuou restrito à pornografia, em que os rostos de celebridades e outras mulheres são inseridos em cenas de sexo.

O especialista em tecnologia Sam Gregory, diretor da organização Witness, alerta que é necessário centrar a discussão sobre deepfakes em proteger as vítimas mais afetadas hoje: as mulheres. Ele também defende que o debate em torno do assunto não fique restrito à Europa e aos Estados Unidos, e que países do hemisfério sul, como o Brasil, também proponham soluções



O especialista em tecnologia Sam Gregory em seminário promovido pela Associação Nacional de Jornais (ANJ). Foto: Witness

Gregory participou do seminário “Desinformação: Antídotos e Tendências”, promovido pela Associação Nacional de Jornais (ANJ), na quinta-feira, 17.

Você alertou que as mulheres estão mais vulneráveis às deepfakes. Por que isso acontece?

Uma pesquisa recente do grupo DeepTrace Labs mostrou que cerca de 96% dos deepfakes são pornográficos ou imagens de sexo não-consensual. Muitos são de celebridades e pessoas públicas, mas há também de indivíduos privados. Não deve ser surpresa que essa tecnologia se tornou uma arma contra mulheres, porque elas são sujeitas à maior parte do assédio online, de qualquer tipo. Devemos pensar em soluções que enfrentem a violência de gênero, e que usem uma perspectiva legal e das plataformas. E não podemos ser complacentes com esse problema. Por exemplo, lançaram um aplicativo para fazer mulheres parecerem estar nuas. Devemos denunciar isso como um uso inaceitável da tecnologia. Há muitas pessoas que minimizam como “apenas” um problema de violência de gênero, pois ainda não tem sido usado na política. Esse é um pensamento horrível. Observando as ameaças existentes, é fácil prever como isso pode se expandir para ataques mais amplos, contra jornalistas e ativistas, e contra a integridade das evidências em vídeo.

Você apontou que, assim como é com as mulheres, a ameaça pode evoluir para populações mais vulneráveis.

O pilar do nosso trabalho com deepfakes é aprender com a forma com que enfrentamos outros problemas da desinformação. As soluções não focam nas pessoas que realmente foram atingidas: mulheres, populações vulneráveis, comunicadores comunitários, jornalistas que trabalham sem estrutura de apoio. É muito importante nos concentrarmos nas pessoas que são mais prejudicadas. Devemos nos certificar de que não estamos só ouvindo Washington, Bruxelas e o Vale do Silício. O problema não está centrado na política dos Estados Unidos. Isso é entender errado o escopo da

desinformação hoje.

Políticos locais também estão menos protegidos do que candidatos com visibilidade nacional. Devemos nos preocupar com as deepfakes nas eleições 2020?

Não devemos fazer previsões de que as deepfakes serão um problema em 2020. Temos que ter cuidado para não causar pânico. Não queremos que as pessoas pensem que haverá deepfakes em todos os lugares em 2020, porque provavelmente não haverá. Teremos desinformação, mas é improvável que tenhamos deepfakes em larga escala. O que devemos fazer é nos preparar melhor, caso isso aconteça. Essa preparação valerá a pena quando as deepfakes se tornarem mais difundidas. Como a tecnologia está melhorando, se tornando mais acessível e mais fácil de usar, é muito provável que no futuro seja usada de forma maliciosa em larga escala. Para as eleições 2020 no Brasil e nos Estados Unidos, devemos focar em preparar jornalistas e checadores com as ferramentas que eles precisam. Eles estarão na linha de frente para fazer checagens, e no momento não há muitos recursos para isso.

O que os políticos podem fazer em relação às deepfakes?

É importante que os políticos se comprometam a não usar essa ferramenta. Deveria ser uma norma não compartilhar vídeos manipulados em campanha. Vimos isso acontecendo na Europa: muitos candidatos ao parlamento europeu firmaram esse compromisso. Mas não vimos nos Estados Unidos, e nem sabemos se há tentativas nesse sentido no Brasil.

As plataformas vão firmar um compromisso de colaborar com o programa de combate à desinformação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). As empresas de tecnologia estão entendendo melhor sua responsabilidade nesse contexto?

Espero que elas estejam. No contexto das deepfakes, as plataformas parecem estar se preparando melhor. Estão construindo ferramentas de detecção melhores, e disponibilizando para mais pessoas, pensando em como podem colaborar com diferentes grupos como a mídia ou o governo. Mas, na esfera mais ampla, há pedidos de acadêmicos, pesquisadores e entidades do

governo por mais transparência. Em geral, as plataformas não oferecem transparência o suficiente para permitir que os jornalistas decidam de forma correta o que investigar online. E não incluíram ferramentas de checagem no WhatsApp para ajudar os usuários a entender o que é falso. As plataformas definitivamente podem avançar mais.



Captura de tela do FakeApp com fotos do ator Jake Gyllenhaal e de Kevin Roose, repórter do The New York Times Foto: Handout via The New York Times

Em sua palestra, você mencionou que é possível treinar um algoritmo a manipular expressões faciais com apenas 16 selfies. Certamente já publicamos muito mais que isso nas redes sociais. O cidadão comum pode se proteger de abusos?

É muito difícil para uma pessoa comum evitar ter fotos online. Especialmente se você considera um contexto maior, com todas as câmeras de vigilância que existem. Pela forma com que a capacidade de criar mídia sintética e deepfakes evolui, a tendência é requerer menos dados de treinamento (imagens para que o algoritmo aprenda a imitar uma pessoa), e ter modelos que não precisem ser treinados com imagens de uma pessoa específica. Há discussões centradas em dar de volta autonomia às pessoas, para que elas possam controlar suas próprias imagens. Há uma proposta interessante de usar adversarial perturbations (perturbações contraditórias). É um tipo de mudança invisível em uma imagem que faz com que seja mais difícil que o computador reconheça que é você. Basicamente, é uma forma de enganar um sistema de inteligência.

Por exemplo, você poderia inserir essas “perturbações” em todas as suas imagens para impedir que elas sejam buscadas e usadas para treinar um algoritmo de deepfake. Como defensor de direitos humanos, gosto de analisar essas opções, que permitem a opção de ser mais anônimo, mais invisível. Mas ainda há desafios técnicos.

De qualquer forma, é importante que as pessoas entendam que suas imagens podem ser usadas dessa forma.

As pessoas devem saber que suas imagens online são usadas para alimentar fakes. Mas, como defensor de direitos humanos e uma pessoa que pensa muito sobre segurança digital, acho que há muitas implicações de ter imagens online que são igualmente importantes — por exemplo, possibilitar que você seja identificado e rastreado no mundo real. É importante fazer com que as plataformas deem opções para as pessoas que querem optar por não ter suas imagens online. No futuro, poderíamos ter essas perturbações adversariais no Facebook? Podemos ter ferramentas para ajudar as pessoas a se tornarem anônimas?

Por Alessandra Monnerat

Justiça determina que YouTube retire do ar 16 vídeos com ofensas a Marielle Franco

Google, que administra o site de vídeos, deve fazer a retirada em até 72 horas, sob pena de multa diária de R\$ 1 mil.

[\(G1, 22/03/2018 - acesse no site de origem\)](#)

A juíza Marcia Correia Hollanda, da 47ª Vara Cível do Tribunal de Justiça do Rio, determinou que sejam retirados, em até 72 horas, 16 vídeos do Youtube considerados ofensivos à honra e à memória da vereadora Marielle Franco.

O Google, que administra o site de vídeos, deve fazer a retirada sob pena de multa diária de R\$ 1 mil. A ação foi movida pelas advogadas Evelyn Melo Silva, Juliana Durães de Oliveira Lintz e Samara Mariana de Castro, a pedido da irmã da Marielle, Anielle Silva dos Reis Barboza, e da companheira da vereadora, Mônica Tereza Azeredo Benício.

De acordo com a juíza, ao analisar os vídeos indicados pelas autoras do processo, ela verificou que alguns deles “extrapolaram o que a Constituição fixou como limite ao direito de livremente se manifestar”.

“Tais vídeos e áudios fizeram referência direta à Marielle, apontando-a como vinculada a facções criminosas e tráfico ou imputações maliciosas sobre as suas bandeiras políticas, como o aborto, fatos que podem caracterizar violação à honra e à imagem da falecida, e que, certamente, causam desconforto e angústia a seus familiares”, declarou Marcia Correia Hollanda, na decisão.

A juíza ressaltou ainda que “nenhum dos divulgadores apresentou prova concreta sobre o declarado”.

“Ao contrário, foram meras suposições e opiniões, sem lastro probatório identificado e que se continuarem a ser propagadas poderão atingir de forma irreversível a dignidade da falecida Marielle, com repercussões danosas a seus familiares”, alegou.

Na manhã desta quinta-feira, a [irmã e a viúva de Marielle Franco pediram na Justiça do Rio](#) que fossem retirados do YouTube os vídeos com notícias falsas sobre a vereadora. O valor da causa foi estipulado em R\$ 1 milhão, mas é o juiz quem determina a multa caso concorde com o pedido.